

PROJETO DE LEI N.º 3.555, DE 2004
(do Dep. José Eduardo Cardozo)

*Estabelece normas gerais em
contratos de seguro privado e revoga
dispositivos do Código Civil, do Código
Comercial e do Decreto-Lei nº 73 de 1966.*

EMENDA N.º

O *caput* do art. 64 passa a ter a seguinte redação:

Art. 64. Demandada para revisão ou cumprimento do contrato de seguro que motivou a contratação de resseguro facultativo, a seguradora, no prazo da contestação, deverá promover a notificação judicial ou extrajudicial da resseguradora, comunicando-lhe o ajuizamento da causa, salvo disposição contratual em contrário.

§ 1º

§ 2º

JUSTIFICAÇÃO

A regra do art. 64 do SLS que cuida da notificação a ser feita pela seguradora demandada, não restringe sua incidência para os resseguros facultativos. Tratando-se de norma imperativa, é de boa técnica que se aplique a solução aos casos em que importa a mais próxima atuação da resseguradora, para cooperar com a cedente. Isso se dá nos facultativos, pois nos resseguros de tratado a notificação da resseguradora a cada caso pode se constituir num entrave para a celeridade e informalidade da operação, sendo mais recomendável deixar a matéria para a contratação caso a caso. Por isso restringimos a regra imperativa para os resseguros facultativos.

Sala das Comissões, de maio de 2010

Deputado MOREIRA MENDES
PPS/RO